

Economia.

847 vagas para auditor do trabalho. Salário de R\$ 15 mil

Pág. 36

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadineiro

ITAPEMIRIM

JUSTIÇA SUSPENDE LICENÇA

AMBIENTAL PARA PORTOS

Projetos de R\$ 1,5 bilhão para dois terminais estão ameaçados



Porto Itaoca Offshore ficará na Praia de Itaoca, entre Itapemirim e Marataízes



C-Port Brasil será instalado próximo à Área de Proteção Ambiental de Guanandy

▀ **RITA BRIDI**
rbridi@redgazeta.com.br

As licenças ambientais emitidas pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (Iema) para os terminais portuários Itaoca Offshore e C-Port Brasil, projetados para o município de Itapemirim, foram suspensas pela Justiça estadual. A decisão do desembargador Manoel Alves Rabelo foi em atendimento à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPES), iniciada pela promotora de Itapemirim, Moema Ferreira Coradini.

Com a suspensão das licenças ambientais – os dois empreendimentos já tinham as licenças de instalação (LI) – as obras não podem ser iniciadas. A suspensão das licenças ameaça a criação de 2.950 empregos indiretos e outros 950 postos de trabalho diretos e investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

O principal argumento que motivou a ação do MPES foi a não realização de audiências públicas na

mudança do Plano Diretor Urbano (PDU), em 2011. O projeto de lei foi enviado à Câmara Municipal sem a comprovação da realização das audiências públicas. Outra argumentação do MPES refere-se à não apresentação do Estudo e Relatório de Impacto ambiental (EIA/RIMA).

As alterações no PDU foram feitas para possibilitar a implantação dos dois empreendimentos portuários no município. O C-Port Brasil foi projetado para a Praia da Gamboa, em terreno que fica próximo à Área de Proteção Ambien-

tal (APA) de Guanandy. O Itaoca Offshore será implantado na Praia de Itaoca, na divisa entre Itapemirim e Marataízes.

O MPES e o Tribunal de Justiça foram procurados pela reportagem. Por meio das respectivas assessorias, a resposta foi a de que não se manifestariam porque não conhecem o conteúdo da decisão do desembargador Rabelo. A referida decisão ainda não havia sido publicada no Diário da Justiça.

O governo do Estado também não se manifestou. “A Procuradoria-Ge-

ral do Estado não foi oficialmente notificada sobre a decisão e só fará qualquer declaração depois de conhecer as alegações, na íntegra, daquilo que está no processo”, foi a resposta do governo estadual.

CORRIGINDO

O secretário de Projetos Especiais e Desenvolvimento Estratégico de Itapemirim, Fábio Guilherme Araújo, disse ontem que a atual administração está desenvolvendo ações objetivando corrigir o problema em ques-

tão. Segundo ele, o novo conselho do PDU fará audiências públicas nos dias 15, 16 e 17 do próximo mês para apresentar as mudanças à população.

Após a realização das audiências públicas, o prefeito encaminhará novo projeto de lei à Câmara Municipal para que seja discutido e votado pelos vereadores. Se não houver tempo para a votação do projeto de lei antes do recesso parlamentar, poderá haver a convocação extraordinária dos vereadores.

Araújo disse acreditar

que a realização das audiências públicas e o encaminhamento do novo projeto de lei venha a corrigir as falhas existentes no processo de mudança do PDU. Com a correção das falhas, destaca, não haveria mais razão para manter a suspensão das licenças ambientais.

“Estamos peticionando recurso junto ao Tribunal de Justiça, demonstrando a intenção da Prefeitura de Itapemirim de corrigir o problema e reverter a situação”, destacou. O secretário disse que a administração municipal fará tudo o que estiver ao seu alcance para que os empreendimentos sejam mantidos, porque “são importantes para a cidade, para a Região Sul e também para o Estado”.

Projetos prejudicados sem licença ambiental

▀ Se as autoridades estaduais e municipais não conseguirem reverter a decisão que suspende as licenças ambientais dadas aos dois terminais portuários projetados para Itapemirim, os

empreendimentos poderão ser prejudicados na licitação que a Petrobras pretende fazer em janeiro próximo.

Há a promessa da estatal em fazer concorrência pública para a contratação de

três berços para apoio à atividade offshore na baía do Espírito Santo, em condições favoráveis aos terminais portuários localizados no Litoral Sul do Estado.

O contrato da estatal com o terminal portuário será de 15 anos e o prazo para o início da operação será de 30 meses a contar da data da assinatura do

contrato. Entretanto, se as obras não forem iniciadas logo, não haverá tempo para as instalações ficarem prontas no prazo estabelecido pela estatal.

As obras do Itaoca Offshore, por exemplo, tinham início programado para janeiro. A instalação do canteiro de obras estava previsto para o próximo mês.



AUDIÊNCIAS

Evento: audiências públicas para discutir o novo PDM do município de Itapemirim.

Data: 15, 16 e 17 de dezembro, na cidade.